



Juiz de Fora
Janeiro 2018
Nº 01

JORNAL DO Sinserpu

CSPB-FESERP-CSB

Campanha Salarial chega ao fim com reajuste pelo IPCA

Na mais desgastante campanha salarial da história do SINSEPU-JF, aos 45 do segundo tempo, servidores alcançaram a reposição do IPCA (4,96%) em seus salários. A reposição inflacionária não será

retroativa à data-base e sim a dezembro de 2017, com aplicação do índice a partir de janeiro de 2018. O valor do cartão alimentação será de R\$230 e também será aplicado a partir de janeiro. A

diferença do reajuste do IPCA de dezembro no cartão será aplicada em fevereiro, enquanto que tal acréscimo no salário de dezembro só virá no salário de março. **Leia mais na página 4.**



PÁGINA 4

Sinserpu-JF vai ao MP contra chamamento público

PJF atrasa recarga de vale alimentação

PÁGINA 4

2017, um ano de muitas lutas pelo país

PÁGINA 3

Equipe da Settra vence torneio de futebol

PÁGINA 2

EDITORIAL

O cerco contra os trabalhadores tende a se fechar com a tomada do poder pelos abutres, defensores dos direitos exclusivos para a classe dominante. A Reforma Trabalhista aprovada a toque de caixa retirou direitos que sustentavam condições mínimas de sobrevivência de quem ganha o pão de cada dia com o suor de seu trabalho. O objetivo é desestabilizar a classe trabalhadora e tirar seu potencial de luta. Entre essas medidas desmotivadoras está a suspensão da contribuição sindical obrigatória. A decisão tem como único objetivo enfraquecer os sindicatos, instrumentos fundamentais de resistência contra os abusos e desmandos dos patrões.

Mas a classe dominante não consegue impor completamente suas maldades. Brechas sempre houve, sempre haverá e cabe aos dominados ampliá-las. Uma das brechas verificadas na questão do imposto sindical é a possibilidade de o próprio trabalhador optar pela contribuição.

Essa será a única salvação dos sindicatos. Sem a ajuda de cada trabalhador não haverá mais sindicato e, conseqüentemente, não haverá quem defenda seus interesses. O SINSEPU-JF, por exemplo, não poderia trazer um advogado de São Paulo para desmascarar a mentira do prefeito Bruno Siqueira, quando alegou que não poderia conceder o IPCA em ano eleitoral. Também não teria

condições de construir o patrimônio hoje à disposição da categoria, como a sede da entidade em uma área nobre da cidade. Sem a contribuição sindical, outras atividades deixarão de acontecer, como o atendimento jurídico para causas familiares, as aulas de reforço escolar, os cursos de dança e os convênios, como com o Clube Tupynambás. A construção da sede campestre e as festas nem em sonho mais. Para tentar manter toda essa estrutura e a organização da luta, o SINSEPU-JF realizará, no início do próximo ano, uma assembleia em busca da adesão da categoria à manutenção do imposto sindical. Só com a união, os servidores terão força para resistir e sobreviver.

Associados têm consignação para material escolar

A partir do dia 5 de janeiro, associados do SINSEPU-JF terão direito à consignação extra para compra de material escolar. Serão liberados até R\$ 810 ou nove parcelas de R\$ 90, específicas para a aquisição dos produtos. O material será adquirido na Papelaria Giropel (Rua Espírito Santo, 571).

Em caso de demissão (AMAC e Empav) ou por algum motivo tiver a margem excluída do sistema Econsig (PJF) ou Quantum Web (Demlurb), os débitos constantes serão descontados na rescisão ou por quitação na conta bancária do sindicato. Os funcionários da AMAC deverão solicitar autorização de margem no Departamento Pessoal. Servidores da PJF precisam trazer a senha 'EU SOU A PREFEITURA'.



CONFRATERNIZAÇÃO

Equipe Settra é a campeã do Torneio de Futebol Society



Com muitos gols e belas jogadas encerrou-se no último dia 02/12/2017 o 1º Torneio de Futebol Society Sinserpu/JF & Cido Consultoria. A equipe campeã foi a Settra, impondo uma grande virada sobre a equipe da Guarda Municipal, o terceiro lugar ficou com a equipe da Amac. O troféu da equipe mais disciplinada ficou com a Empav, o atleta Leandro da Silva (Settra) ficou com

o troféu de artilheiro e o troféu de goleiro menos vazado ficou com o atleta Vicente Miguel Savino (Guarda).

Na oportunidade gostaríamos de agradecer à Cido Consultoria, Grupo Rezato e todos os atletas envolvidos nesse grande evento. Esperamos que em 2018 possamos organizar mais uma edição deste grande evento. Parabéns à todos!

SEM TRÉGUA Sindicato passou o ano em luta por salário e direitos

2017, um ano de muitas mobilizações

Dois mil e dezessete foi um ano de muita luta para o SINSERPU-JF. Além do desgaste nas negociações com representantes de uma Administração que se posiciona como inimiga do servidor, o sindicato entrou de cabeça nas batalhas nacionais, contra as reformas Trabalhista e Previdenciária

NA MESA E NAS RUAS

Quanto aos direitos dos servidores municipais, a direção do SINSERPU-JF realizou diversos embates: na mesa de negociações e também nas ruas. Desde os primeiros encontros com os representantes do Executivo, no início do ano, o SINSERPU-JF argumentou sobre a urgência dos itens da pauta de reivindicações aprovada pela categoria em assembleia. Além do salário outras questões são de grande importância, como a progressão na carreira (conclusão dos processos de seleção interna) e a realização de concursos públicos para repor o quadro deficitário de servidores.



CONTRA MIGALHAS

Mas a gestão Bruno Siqueira, como sempre, se esquivou e atrelava a possibilidade de avanço dos pontos específicos à aceitação pelos servidores de sua indecente proposta econômica: 0,5% do valor do IPCA no início do ano e o restante em dezembro, na possibilidade de a Administração ter recurso financeiro. A oferta foi recusada pela categoria em assembleia.

PARALISAÇÃO

As demais discussões não tiveram avanços, desaguando em um período de total impasse, nesse final de ano, quando o Executivo simplesmente suspendeu os encontros com o Fórum Sindical. Foi na paralisação do dia 6 de novembro, quando os servidores invadiram o pátio da PJF, que a Administração se abriu novamente ao diálogo.



CONTRA MALDADES

Mas nem só de luta específica da categoria em nível municipal viveu o SINSERPU-JF em 2017. Como não poderia deixar de ser, o sindicato arregaçou as mangas e batalhou bravamente contra as maldades do golpista Temer. Em Brasília, diretores do SINSERPU - JF participaram do maior ato popular desde a redemocratização: O Ocupa Brasília, onde milhares de brasileiros protestaram contra Temer e sua quadrilha. Em Juiz de Fora, todas as manifestações contra a Reforma Trabalhista, a Terceirização e a Reforma Previdenciária contaram com a organização do Fórum Sindical (SINSERPU-JF, SINPRO-JF, SENGE, SINARQ).

Temer barra negociação coletiva para servidor

O usurpador da democracia, Michel Temer, vetou integralmente o projeto aprovado pelo Congresso Nacional que permitia a negociação coletiva para servidores públicos federais, estaduais e municipais. O veto ocorreu no último dia 18. O projeto foi proposto originalmente pelo Senado, em 2015, e foi aprovado também pela Câmara dos Deputados. Atualmente, não há previsão de negociação

coletiva nas paralisações de servidores públicos. Geralmente, o governo abre uma mesa de negociação, mas sem regras definidas em lei.

TÁTICA DE LUTA O direito à negociação foi um dos temas do Congresso da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), em Brasília, entre os dias 29/11 a 1/12. Diretores do SINSERPU-JF inte-

graram a delegação da FESERP-MG presente aos debates.

Além da matéria "Negociação Coletiva no Serviço Público", foram tratados os seguintes temas "Convenção 151 da OIT" e "Estado Social e Democrático de Direito." Uma das importâncias de encontros como esse é a criação de estratégias de luta em defesa da categoria.

CARNE DE PESCOÇO Negociações 2017 foi a mais penosa

Campanha Salarial encerra com a garantia do IPCA

Alegando falta de recursos financeiros, Administração Bruno Siqueira se negou a valorizar o servidor, mas protegeu cargos comissionados e garantiu novas contratações



Chegou ao final a mais desgastante campanha salarial da história do SINERPU-JF. Na última assembleia, dia 5 de dezembro, realizada na Praça da Estação, os servidores aprovaram a proposta da PJF de reposição do IPCA (4,96%), a partir de dezembro, com aplicação do índice a partir de janeiro de 2018.

FORMA DE CORREÇÃO Na última reunião entre o Fórum Sindical (SINERPU-JF, SINPRO-JF, SENGE-JF, SINARQ-JF), ficou definido que o pagamento do IPCA que incide sobre o décimo terceiro será feito em fevereiro e a diferença do mesmo índice sobre

o salário de dezembro será feita em março.

O cartão alimentação será no valor de R\$ 230 e será aplicado a partir de janeiro de 2018, com recarga em fevereiro. Mantem-se a mesma regra em que o servidor só perde o direito ao cartão após a progressão trienal.

AUMENTO DO CUSTO DE VIDA Com data base em janeiro, os servidores amargaram um ano de muitas restrições e perdas em seu poder de compra. O botijão de gás, por exemplo, teve um reajuste de 17,7% nos últimos meses, enquanto o salário da categoria ficou no mesmo patamar.

Atraso do vale alimentação prejudica servidores

A falta de respeito e consideração da Administração Bruno Siqueira pelos servidores municipais não tem limite. Além de não valorizar o funcionalismo com salário decente, os gestores agora criaram uma nova modalidade de assédio moral: atrasar benefícios. Antes era com os funcionários da AMAC. Há mais de um ano, todo mês, a categoria passa constrangimento com a falta de recarga do Vale Mais e do vale transporte. O problema sempre foi o atraso no repasse de recursos para a AMAC

fazer o depósito destinado ao abastecimento dos cartões.

Agora, o Executivo decidiu ampliar sua área de atuação contra a categoria, interrompendo temporariamente a recarga dos cartões da empresa Vero Cheque, que beneficia os servidores com menor salário da PJF. Só depois de idas e vindas do SINERPU-JF na Prefeitura para pressionar a Administração é que o dinheiro foi transferido para a recarga dos cartões Vale Mais e Vero Cheque.

Sinserpu-JF vai ao MP contra chamamento público

Ilegal e imoral: PJF quer substituir AMAC por iniciativa privada

O SINERPU-JF foi ao Ministério Público questionar os editais da PJF para a seleção de organizações civis sem fins lucrativos atuarem no lugar da AMAC. O sindicato quer suspender os editais por entender que as regras do chamamento público apresentam ilegalidade e inconstitucionalidade.

MEDIDA INCONSTITUCIONAL Todos os tipos de assistência social prestados pela AMAC - das ações voltadas para a população em situação de rua ao atendimento dos idosos -, estão ameaçados. Os editais da forma como estão, também não prevêem a manutenção dos profissionais que prestam serviço na atividade meio, tais como: serviço administrativo, vigilância e manutenção. Dessa forma, haverá demissão em massa dos funcionários, tanto dos que atuam na educação quanto na assistência social.

MUDANÇA AUTORITÁRIA O SINERPU-JF ressalta que a proposta do Executivo altera, de forma autoritária, o modelo de gestão pública para a privada. De acordo com o texto protocolado junto ao MP, o sindicato alega que com o edital o Município estaria abdicando do dever constitucional de prestação de serviço público de ensino, fazendo grande transferência de recursos para a iniciativa privada.

LUCRO É O QUE INTERESSA Segundo informação divulgada pela Tribuna de Minas, o chamamento público define que para o exercício financeiro de 2018 sejam destinados às entidades responsáveis pela gestão das creches em torno de R\$ 26 milhões. Para a direção do sindicato, as mudanças em setores públicos deveriam ter como princípio também na prática o favorecimento coletivo. O que acontece na prática é o interesse exclusivamente financeiro, o que gera prejuízos incalculáveis à população.